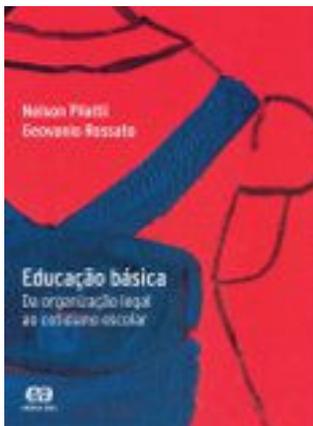


livros recebidos



PILETTI, Nelson; ROSSATO, Geovano.
Educação básica – Da organização legal ao cotidiano escolar.

São Paulo: Editora Ática, 2010, 224 p.

O livro pretende oferecer ao leitor um estudo amplo e atualizado sobre a relação entre escola e ensino, enfocando os aspectos legais de sua estrutura, organização e funcionamento.

Assim, trata, no capítulo 1, do percurso histórico da escola moderna no Brasil, que constituiu o atual ensino da escola básica, para no capítulo 2 apresentar e analisar os princípios que hoje guiam e regulam a gestão dos sistemas de ensino nacional, discutindo a visão sistêmica da educação; o regime de colaboração; a responsabilização dos agentes e instituições educativas; a mobilização social; o planejamento por metas e os arranjos educativos territoriais e locais.

Esses sistemas de ensino, diga-se de passagem, são financiados por recursos vinculados na Constituição à educação e compostos pelas quatro esferas administrativas do país (federal, estadual, municipal e do Distrito Federal), que assumem responsabilidades educacionais, concomitantes e específicas, sem, contudo, se articularem para compor um sistema nacional de educação, como demonstramos no capítulo 3.

Trata-se de sistemas que passaram a se organizar de acordo com um currículo escolar (capítulo 4) vinculado às ideias de ordem, unidade e sequência didática dos conteúdos, as quais produziram maior rigor na organização do ensino, levando à criação de níveis e etapas de escolarização e, por fim, dividindo a educação escolar em dois níveis - a básica e a superior -, segundo o artigo 21 da LDB de 1996.

Ao mesmo tempo, a organização dessa sequência didática formativa atribuiu à educação básica o propósito de formar os

educandos para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, dividindo-a em três etapas específicas, formadas pela educação infantil (capítulo 5), pelo ensino fundamental, agora de nove anos (capítulo 6), e pelo ensino médio (capítulo 7), que pode estar ligado ao ensino profissionalizante (capítulo 8).

Além disso, criou modalidades de educação inclusiva (capítulo 9) para democratizar o espaço escolar, promovendo o acesso ao ensino de pessoas excluídas ao longo da história. Entre essas modalidades encontram-se a educação de jovens e adultos, a educação escolar indígena, a educação especial, a educação social, a educação quilombola, a educação a distância e as escolas rurais familiares e comunitárias.

Tal processo de inclusão vincula-se às transformações resultantes da globalização econômica, que criaram a necessidade de os sistemas escolares adotarem práticas democráticas de organização. Estas, por sua vez, influenciam temas como a elaboração dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino, a avaliação escolar, a indisciplina e a violência na escola (capítulo 10).

Um contexto como esse exige, ao mesmo tempo, que o desempenho dos alunos e das escolas seja avaliado frequentemente por um sistema nacional (capítulo 11), com o objetivo de preparar as novas gerações para um mercado cada dia mais competitivo e especializado.

O livro conclui com uma análise sobre os profissionais da educação básica, apresentando as razões históricas que levaram à profissionalização do magistério e à nova identidade do curso de pedagogia.